

Cristina Almeida
Margarida Madruga
coordenação

O GÉNERO DO TEXTO MEDIEVAL

EDITÓRIAS
COSMOSVALIA

Edição apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

© 1997, Edições Cosmos

Composição: Edições Cosmos
Impressão: Tipografia Guerra, Viseu

1ª edição: Julho de 1997

ISBN 972-762-054-X
Depósito legal 113375/97

Edições Cosmos
Rua da Emenda, 111, 1º - P 1200 Lisboa
Serviços Comerciais e Administrativos:
Av. Júlio Dinis, 6-C, 4º Dto. - P 1050 Lisboa
Telefone 799 99 50 Fax 799 99 79
e-mail: cosmos@liv-arcoiris.pt

Difusão: Livraria Arco-Íris
Av. Júlio Dinis, 6-A - P 1050 Lisboa
Telefone 799 99 50 Fax 799 99 79
homepage: www.liv-arcoiris.pt
e-mail: livraria@liv-arcoiris.pt

Em alguns aspectos as preocupações de hoje coincidem com as medievais quando apontamos como objectivo a atingir o da inteligibilidade, ainda que utilizemos procedimentos diversos para atingir o efeito comunicativo do texto traduzido. Os princípios em que se inspira a reflexão medieval derivam de Jerónimo e este por sua vez assenta as suas bases em Cícero. Não é indiferente o patrocínio invocado. É que, entre um e outro, há distâncias: enquanto para o Arpinate e seus intérpretes imediatos, como Quintiliano e Aulo Gélio, a tradução visa objectivos estilísticos e é um exercício que experimenta capacidades próprias, para os homens da Patrística, com Jerónimo à cabeça, ela toma como objectivo tornar acessíveis a sucessivas e diversas comunidades textuais, uma cultura que se exprime em diversas línguas. Ponha-se a questão em termos de tradução *ad uerbum* ou *ad sensum* na base, ainda que nem sempre em termos explícitos, persiste um dado fundamental: o reconhecimento da equivalência de sistemas linguísticos. Em processo lento, e não sem inflexões, a oposição entre línguas privilegiadas e línguas bárbaras esbate-se e rompe-se. Está por fazer o balanço do contributo da tradução nas modalizações das diversas línguas através de influências transmitidas. Recusaremos hoje o recurso a expedientes explicativos ou adaptações que a tradução medieval considerava admissíveis⁸². Temos uma noção de autoria mais firme e rigorosa, mas ela nasce já na Idade Média quando se contrapõe autor a comentador e a compilador⁸³. A função cultural da tradução foi também um ganho feito pela Idade Média. A fidelidade ao original exprimia-se por *ueritas*, a autonomia do sistema linguístico teve-se acaso à relação com a *latinitas*, a correspondência de efeitos assentou porventura na *elegantia* ou a garantia de inteligibilidade não dispensou a intervenção da *ordinatio* textual. As próprias limitações chamam a atenção para a complexidade de um processo que tem as suas raízes no tempo medieval.

⁸² Claude Buridant, «Translatio medievalis: Théorie et pratique de la traduction médiévale», *Travaux de Linguistique et Littérature*, 21, 1983, pp. 81-136.

⁸³ A. J. Minnis, *Medieval theory of authorship*, Londres, 1984.

De como o Mosteiro de S. Vicente foi refundado

Isabel Dias

Universidade do Algarve

A *Crónica da Fundação do Mosteiro de S. Vicente*, provavelmente redigida em finais do século XIV, princípios do XV, é uma tradução para português de um relato latino, conservado no dito mosteiro desde finais do século XII. Da *Crónica* chegaram-nos vários testemunhos, o mais antigo dos quais data do século XIV-XV, e encontra-se hoje na Biblioteca Nacional; do referido original latino, intitulado *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Sancti Vicentii Ulixbone*, possuímos igualmente vários manuscritos, sendo o mais antigo um pergaminho datado do século XIII, proveniente daquele mosteiro e actualmente depositado na Torre do Tombo. Desconhecemos os autores de ambos os textos.

O principal assunto neles tratado, como os próprios títulos indicam, é a fundação do mosteiro de S. Vicente, acto estreitamente ligado à conquista de Lisboa aos mouros, de que se narram importantes etapas. A *Crónica*¹ não é, contudo, uma simples tradução do *Indiculum*², mas sim um trabalho pessoal, tardio, de ampliação da história e do discurso do sintético texto latino, o qual articula cronologicamente os eventos bélicos da conquista de Lisboa e os que rodeiam a fundação e construção da igreja de S. Vicente e também de Santa Maria dos Mártires, desde o início associada à primeira.

As diferenças entre o original latino e a tradução manifestam-se desde logo no campo das fontes. As utilizadas e nomeadas pelo autor do *Indiculum* são os testemunhos orais de dois contemporâneos dos

¹ Mendes, Joaquim, *Chronica da Tomada desta Cidade de Lisboa aos Mouros e da Fundação deste Mosteiro de San Vicente - Estudo e Edição*, Lisboa, 1991 (tese policopiada).

² *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Sancti Vicentii Ulixbone*, in: *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I, Academia das Ciências de Lisboa, 1856, pp. 91-93.

acontecimentos, nos quais se faz assentar a veracidade do relato: o de Fernão Peres, cavaleiro português, e o do alemão Otha («Estes dois, por graça de Deus ainda vivos, foram quase unânimes em confirmar o que aqui escrevemos, dando credibilidade à presente obra e deixando por isso uma notícia fidedigna aos vindouros»)³. Por seu lado, o autor da tradução apresenta os dois citados informantes como redactores: «E estes dous homes [...] escreverom esta estoria que adiante é escripta, tornada de latim em linguagem» (p. 103).

Outra diferença de início notada entre o original e a tradução refere-se à notícia da participação portuguesa na conquista da cidade de Lisboa. O relato latino é quanto a este assunto absolutamente omissivo, o que, para além de afectar a imagem dos guerreiros portugueses e de enfraquecer a memória de D. Afonso Henriques, como chefe militar, perturba a glorificação de um mosteiro através do qual se homenageia o passado nacional. Várias secções do relato parecem, na verdade, dominadas por uma voz narrativa que mostra a perspectiva não-portuguesa dos factos, e que, ao sublinhar os feitos dos estrangeiros, guarda para a posteridade a lembrança desse contributo certamente tão importante e decisivo. Talvez a voz que elogia a bravura dos que vieram das regiões do Norte, «guerreiros mais fortes do que o carvalho»⁴, seja a de Otha, uma das duas testemunhas presenciais da conquista da cidade ouvidas pelo autor do *Indiculum*, como atrás referi.

Confrontado com um registo que silencia o papel desempenhado pelos portugueses nos acontecimentos em questão, o tradutor procura uma solução narrativa que arranque ao esquecimento as virtudes guerreiras daqueles homens e do seu rei.

A intervenção na memória do passado, feita através de um forte investimento no plano da composição narrativa, nota-se, assim, em primeiro lugar, no enriquecimento do perfil militar de D. Afonso Henriques e na valorização das qualidades guerreiras dos seus súbditos.

Do *Indiculum* o tradutor retém a imagem do rei, cavaleiro de Cristo («ElRei Dom Afonso de Portugal [...] persiguidor e destruidor dos enmigos da fe de Ihesu Christo», *idem*)⁵, mas modifica, depois, o enunciado

³ O original latino diz: «Hii duo dei miseratione adhuc superstites, quasi de uno conferunt ore que hic ponimus, ad presentis negotii fidem astruendam, ac certam inde noticiam posteris relinquendam», p. 91.

Apresento todas as citações do *Indiculum* em tradução feita por mim e por Manuel Ramos, trabalho que o Professor Aires Nascimento gentilmente reviu.

⁴ «viri bellatores fortissimi robre», p. 91.

⁵ Lemos no texto latino: «christianissimus portugalensium Rex Alfonsus [...] inimicorum crucis christi mirificus extirpator», p. 91. (Ou seja: «o cristianíssimo rei

que mostra o monarca em acção, chefiando uma investida de rotina contra os mouros («com 40 anos de idade, reúne o seu exército contra os sarracenos, como era costume todos os anos»)⁶, transformando tal acto numa intenção de cruzada espiritual: «e avia gram vóontade de destruir a mizquita de Mafomede, e de levantar a sancta cruz do nosso Senhor Ihesu Christo» (pp. 103-4). Ao contrário do *Indiculum*, a tradução põe os portugueses em combate e faz da fama dos seus actos o principal motivo de atracção da ajuda estrangeira. Neste ponto, abandona completamente a fonte latina, segundo a qual foi por zelo de Deus que chegaram de fora guerreiros em auxílio de D. Afonso Henriques, sendo esses os únicos que ali vemos combaterem os mouros com valentia e serem honrados depois de mortos.

A *Crónica* procura, pois, construir um discurso que torne visíveis os mártires portugueses, fazendo deles os principais protagonistas de uma guerra santa que levou à tomada de Lisboa. Também aqueles que sobreviveram às hostilidades com os mouros não foram esquecidos, reaparecendo em momentos importantes, como, por exemplo, na partilha das terras conquistadas.

Depois de corrigida neste ponto a história, o tradutor continua a afastar-se da sua fonte: remata o fio narrativo da guerra logo no início da *Crónica* e fixa-se definitivamente no plano dos acontecimentos religiosos, ampliando-os e ordenando-os segundo uma nova cronologia. Desta forma, as acções que no *Indiculum* são apresentadas como anteriores à conquista de Lisboa (enterro dos mortos, fundação e construção de igrejas, eleição do primeiro presbítero de S. Vicente e ocorrência de três milagres) passam a ser-lhe posteriores.

De facto, no relato latino, os episódios guerreiros e os que giram em torno do estabelecimento de S. Vicente e de Santa Maria dos Mártires vão-se alternando até ao momento do combate decisivo. Liga-os uma relação de interdependência enunciada pelo rei em discurso directo: «Se o Senhor Nosso Deus entregar nas mãos dos seus servos esta cidade [...], hei-de construir-Lhe dois mosteiros [...]»⁷. Porém, na *Crónica*, a precoce resolução da guerra torna supérflua tal promessa, cuja fórmula

de Portugal, Afonso [...] admirável e decidido destruidor dos inimigos da cruz de Cristo»).

⁶ «etatis autem XL^o, collegit exercitum suum, ut annis singulis sollicitus erat, aduersus saracenus», p. 91.

⁷ «Si dominus deus noster tradens tradiderit seruis suis ciuitatem hanc [...] constructurum [...] duo monasteria», p. 91.

é por isso omitida: na verdade, a construção das igrejas não depende já do que possa acontecer no plano da guerra (desde o início absolutamente definido), mas resulta do que aí aconteceu, ou seja, da morte de muitos guerreiros, cujos corpos precisam de ser honrados: «e pera se fazer honra e serviço a estes corpos destes sanctos martires, que levantemos e fundemos dous mosteiros muito honrados em esta cidade de Lixboa» (p. 109). As igrejas representam aqui um tributo aos mortos, quando no original latino eram, antes de mais, consequência do cumprimento de um voto feito antes da conquista da cidade.

Ao investir na narração dos acontecimentos religiosos, a tradução desenvolve o perfil do rei devoto, fundador e patrocinador de igrejas. As suas falas são o veículo privilegiado para a fixação desta imagem. Constituem simultaneamente um dos mais importantes contributos para a criação de uma memória honrosa dos factos narrados e geram também uma ilusão de autenticidade dos mesmos, que é, afinal, um instrumento de autoridade utilizado pela narrativa.

Através do discurso directo do rei, o tradutor, por um lado, cria situações narrativas novas, baseadas em elementos completamente estranhos ao *Indiculum*, como sejam as intenções de D. Afonso Henriques recompensar materialmente os que o ajudaram a conquistar Lisboa, de construir uma catedral, ou de fazer de Santa Maria dos Mártires dotação dessa catedral; por outro, desenvolve sequências discursivas, originalmente breves, sendo exemplo disso a extensa fala sobre o enterro dos mortos, e também aquela em que o rei entrega o priorado de S. Vicente ao abade Galtério; e, finalmente, dramatiza fragmentos importantes da história, que o texto latino apresentava em discurso indirecto, como aquele em que o rei português manda fundar os mosteiros, e um outro em que lidera a entrada dos cristãos na cidade recentemente conquistada.

Neste processo de reconstrução e expansão da história, tão importantes quanto as falas do rei são os resumos do narrador, alguns dos quais passarei de seguida a observar.

Se lermos comparativamente o *Indiculum* e a *Crónica* no que diz respeito, por exemplo, aos passos sobre a fundação das igrejas, a respectiva dotação material e a eleição de Gilberto como bispo de Lisboa, verificamos que a tradução procura para cada um destes acontecimentos a cobertura da autoridade papal, a que a fonte latina não faz qualquer referência. Assim, todas as etapas da fundação de S. Vicente e de Santa Maria dos Mártires são conduzidas pelo arcebispo e bispos, enquanto representantes do papa, como o rei sublinha: «vós outros prelados que aqui sodes devedes fazer o que faria o sancto padre cujo logo vós téedes se presente fosse ou mandaria fazer» (p. 111). No que diz respeito à

dotação das igrejas, vemos D. Afonso Henriques acrescentar aos bens materiais de que fala o *Indiculum* os benefícios espirituais chegados de Roma, «grandes indulgencias daquelas que lhe o padre sancto avia enviadas e outorgadas» (p. 133). Também a eleição do bispo de Lisboa, noticiada de passagem pelo texto latino, é na *Crónica* confirmada pelo papa: «e outorgou-lhe [ao rei] todallas cousas que lhe enviou pedir» (p. 132), entre as quais a referida confirmação. Note-se que nos três casos as referências à autoridade eclesiástica estão directamente ligadas à intervenção régia. Desta forma, a *Crónica* não só aprofunda o perfil devocional do rei, como legaliza os actos de natureza religiosa por ele desencadeados e praticados.

Estendendo agora a comparação a outros episódios da história narrada, continuamos a encontrar significativas diferenças entre a fonte latina e a sua tradução. Assim, quanto aos enterros dos que foram mortos na conquista de Lisboa, o *Indiculum* refere que «os francos, segundo o costume da Igreja, resolveram enterrar os seus mortos»⁸, numa altura em que a guerra contra os mouros prosseguia e a construção das igrejas estava apenas no seu início. O autor da tradução, deparando uma vez mais com a falta de informação sobre os portugueses, neste caso os caídos em combate, preenche essa lacuna dando-lhes sepultura em S. Vicente, templo que apresenta como já construído nesta fase dos acontecimentos; na verdade, está mais preocupado com o significado dos factos do que com a sua ordem. Por outro lado, acrescenta pormenores descritivos sobre os túmulos: «poinham sobre as sepulturas os nomes desses marteres, e terras onde eram, e de que sangue víñham, e como morrerom» (p. 115).

Sobre os enterros dos fidalgos que mais tarde vieram a escolher ser sepultados em S. Vicente, deixando a este mosteiro parte dos seus bens, o relato latino e a *Crónica* apresentam perspectivas diferentes. O primeiro começa por antecipar as implicações futuras de tal escolha, com efeitos na dotação material da igreja: «É na verdade todos os que resolvessem escolher aí sepultura, que levassem parte dos seus recursos»⁹; a *Crónica* encena os enterros e aponta o motivo por que são feitos na igreja: «muitos nobres fidalgos e cavaleiros e outros homens de grande guisa mandavam em el fazer suas sepulturas muito honradas, e esto por a grande devaçom que aviam ao dito Mosteiro e aos sanctos martires em ele sepultados»

⁸ «cepere franci ecclesiastica consuetudine, interfectos suos mandare sepulchris», p. 91.

⁹ «Omnes etiam qui ibi sepulturam eligere deliberarent, partemque de suis conferrent facultatibus», p. 93.

(p. 141). Ao falar da «grande devaçom», o tradutor não está apenas a reforçar a dimensão espiritual dos acontecimentos, introduz também no plano da construção narrativa um elemento que explicita a relação entre as suas sequências.

E é justamente no domínio da relação entre os acontecimentos que faz uma das intervenções mais significativas: reconstrói o contexto em que se estabelece a ligação entre D. Afonso Henriques e a igreja de S. Vicente. Recorre para isso a um plano fundamental da história que ainda faltava aqui referir: o dos milagres. Mas começemos por observar o que se passa no *Indiculum*, para compreendermos melhor as alterações subsequentes.

Desejando o rei recompensar o bispo de Lisboa, por este se mostrar disponível a ajudá-lo a cumprir o voto de instalar comunidades de religiosos nos dois mosteiros em construção, propõe-lhe que escolha para si e para os seus cónegos uma das referidas casas. A opção destes recai sobre Santa Maria dos Mártires, ficando, portanto, a outra para o rei e para os seus descendentes. Ora, é esta aparente acidentalidade na ligação entre o monarca e a igreja de S. Vicente que o autor da tradução vai rever, procurando uma motivação forte que os una. Encontra-a nos milagres, acontecimentos sobrenaturais que passam a justificar um patrocínio com origem, já não no acaso, mas numa escolha consciente e motivada: «E véendo elRey este milagre e os outros que Deus fazia no dito moesteiro, quisse-o aver por sua camara estremada» (pp. 119-20). Conclui-se que os milagres, para além da função específica de sacralização de um espaço, desempenham um papel articulador entre dois planos que se entrecruzam: o temporal, representado pelo rei, e o espiritual, pela igreja de S. Vicente.

Neste ponto da narrativa, tal como noutros referidos anteriormente, o tradutor está mais interessado em criar uma lógica que sirva os seus objectivos do que em respeitar a letra do texto latino. De facto, no *Indiculum*, a alternância entre a narração da conquista de Lisboa e a da fundação dos dois mosteiros, por um lado, e a contenção do discurso apologético de matriz cristã, por outro, produzem um efeito de historicidade, que o autor da tradução sacrificou ao trabalho de composição narrativa e aos objectivos que com ela procurou atingir. Nós, leitores, arrastados, assim, pelos artifícios do discurso, vamo-nos provavelmente afastando da História. Mas não será de facto para fora dela que o tradutor nos pretende levar?

Marcas genológicas de um comentário: Apríngio de Beja

Arnaldo Espírito Santo

Universidade de Lisboa

O comentário, enquanto género, não tem merecido grande interesse por parte dos teorizadores da literatura. São tantos os textos comentados e as formas que assumem que se generalizou a opinião de que não existe nada de comum que possa contribuir para o estabelecimento de uma tipologia. Esta comunicação representa uma tentativa de detectar as marcas típicas de género no *Comentário ao Apocalipse* de Apríngio de Beja, escrito em meados do século VI. Subsidiário de uma tradição já longa, nele confluem influências e esquemas de um modelo literário apurado nas suas técnicas, estrutura e meios de expressão.

Começando pela primeira frase verificamos que algumas marcas textuais são comuns a qualquer tipo de comentário escriturístico. Aquela que definiríamos como a primeira marca de género consiste numa selecção prévia dos elementos a comentar. Em geral dá-se preferência aos que mais se prestam a desenvolvimentos de sentido ou a exposições doutrinárias, que nem sempre são aqueles que mais careceriam de exploração.

Na frase «et significavit mittens per angelum suum seruo suo Iohanni»¹, o comentário fixa-se no segmento «per angelum suum», que passa a ser ampliado por uma espécie de anotação às palavras seleccionadas.

Assim *angelus* é ampliado pelo sinónimo latino *nuntius* a que é acrescentado o determinativo *ueritatis*. Esta correspondência entre *angelus* e *nuntius ueritatis* permite identificar com Cristo o anjo que em todos os apocalipses é a entidade que garante a origem divina da mensagem, que a ouve de Deus e a transmite ao seu servo. Perde-se, com isso, a ideia de uma revelação extraordinária, para se conferir um sentido

¹ Cap. I, 1. Servimo-nos da edição de Alberto Campo Hernández, *Comentario al Apocalipsis de Apringio de Beja*, Introducción, Texto Latino y Traducción, Estella, Verbo Divino, 1991. Todas as citações serão feitas a partir desta edição.